



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
24 A 28 DE OUTUBRO DE 2016 ó CAXAMBU ó MG

Seminário Temático 17 ó Mídia, Política e Eleições

E-PARTICIPAÇÃO E AGONISMO

**Um estudo de caso dos debates *online* na página do Facebook
do Senado Federal**

Prof. Dr. Claudio Luis de Camargo Penteado

Ms. Paulo Roberto Elias de Souza

Ms. Michel Carvalho da Silva

E-Participação e Agonismo: um estudo de caso dos debates *online* na página do Facebook Senado Federal*

Claudio Luis de Camargo Penteado¹

Paulo Roberto Elias de Souza²

Michel Carvalho da Silva³

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar o debate político dentro de fóruns virtuais de internet institucionais. Por meio da análise da página do Senado Brasileiro no Facebook, o estudo apresenta uma avaliação do debate online entre posições antagônicas que se transformam em agonísticas a partir da perspectiva de agonismo dos pós-marxistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para a realização dessa pesquisa foram analisados quatro postagens de temas discutidos no perfil do Senado que tiveram maior repercussão (comentários), através da metodologia de análise de discurso pela perspectiva agonística proposta pelos autores supracitados e a abordagem de enquadramento. Os resultados indicam haver um intenso debate caracterizado pela polarização política existente na atual conjuntura política, no qual prevalece a desqualificação do debate político.

Palavras-chaves: Senado; Facebook; redes sociais de internet; debate político.

* O artigo foi submetido erroneamente sob o título de *E-Participação e Agonismo: um estudo de caso dos debates online no portal Senado Federal*. Pedimos desculpas pelo erro, mas submetemos o artigo final com o objeto de estudo correto, a página no Facebook do Senado Federal.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da UFABC. Contato: claudiopenteado@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bolsista Capes. Contato: paulorobertosouza@ymail.com.

³ Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Contato: michel.carvalho@ufabc.edu.br.

Introdução

O avanço do uso da internet nas diversas práticas sociais contemporâneas e a popularização das redes sociais de internet como espaços de sociabilidades levantam novas possibilidades de ação política. No campo de comunicação política, a constituição de novos espaços para expressão de opiniões desperta novos temas de pesquisa e sugerem novas questões em relação ao uso dos dispositivos comunicacionais da internet.

A internet reabriu a discussão sobre o conceito de esfera pública habermasiano (Rasmussen, 2013), criando condições para a formulação de visões alternativas em torno do debate público, agora dentro da arquitetura comunicacional distribuída do ciberespaço. A diversidade de formação de canais discursivos habilita a participação de cidadãos comuns em discussões políticas variadas, contudo essa atuação não se caracteriza dentro da perspectiva habermasiana de deliberação pública pautada pela inclusividade, provimento de razões, reciprocidade, respeito mútuo e orientação para o bem comum, conforme proposta analítica apresentada por Mendonça e Pereira (2011).

Nesse contexto, as instituições políticas democráticas começam a disponibilizar um novo formato de comunicação institucional, pelo uso das mídias sociais para a discussão de temas políticos, surgindo questões como: podem os espaços *online* de instituições democráticas ser ambientes de debates e deliberação política com participações de cidadãos interessados? Esses dispositivos podem contribuir para a retomada do debate político para além da normatividade racional dos tempos neoliberais através da exposição de perspectivas distintas acerca de determinadas questões políticas?

As principais pesquisas e análises acerca dos espaços e ferramentas de e-participação frequentemente se pautam na perspectiva habermasiana de esfera pública e a ação comunicativa voltada para o consenso, seja considerando a internet como uma esfera pública, seja como parte dela (Silveira, 2009). Mas e se invertêssemos essa lógica do debate público para um debate entre posições antagônicas que podem se tornar agonísticas para um processo de exercício democrático radical e fluído?

Nos últimos anos tem aumentado a influência de autores e pesquisadores denominados como marxistas heterodoxos e/ou pós-marxistas, mais concentrados em encontrar espaços de ação e respostas para o combate às desigualdades e ao neoliberalismo a partir de uma radicalização da democracia liberal. Autores como Slavoj Žižek, Jacques Rancière, Guy Standing, Michael Hardt & Antonio Negri e,

especialmente, os precursores Teoria do Discurso da Escola de Essex Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que são frequentemente citados, referenciados e exercendo colaboração constante com grupos políticos emergentes, especialmente na Europa, tais como o Podemos da Espanha e o Syriza da Grécia. Neste trabalho, a perspectiva adotada é a do casal da Escola de Essex, uma vez que seus principais expoentes desenvolvem uma teoria crítica endereçada às principais perspectivas liberais do consenso e propõem uma teoria alternativa a elas baseada no dissenso, como veremos a seguir.

O conceito trabalhado por Chantal Mouffe (2015) para questionar as teorias pós-políticas contemporâneas (especialmente as liberais e da Terceira Via Trabalhista) consiste na afirmação de que a pós-política impossibilita o debate político de perspectivas divergentes, impossibilitando assim qualquer possibilidade política mais radical. Um dos principais pontos da teoria pós-estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) diz respeito à necessidade da radicalização e pluralização da democracia contemporânea, pois estamos diante do primeiro período após as conquistas socialdemocratas e trabalhistas (Standing, 2013), o embate político de posições e propostas diferentes está obstruído.

Ao contrário do consenso habermasiano, a saída para essa obstrução seria o dissenso, cujos agentes com perspectivas divergentes debatem sem a perspectiva do consenso, mas com o objetivo de transformar o *antagonismo* (o conflito entre inimigos) em *agonismo* (o debate entre adversários). Somente dessa forma seriam possíveis a radicalização e a experiência democrática plena. Assim, o objetivo final não seria o consenso racional, mas a garantia do espaço antagônico em que os agentes poderiam se mobilizar pelas suas paixões, com garantia de espaço de debate (Mouffe, 2005). Sob essa perspectiva, a pergunta da qual partimos neste artigo é: seria então, sob uma perspectiva micro, o portal de uma casa legislativa um espaço de exercício de agonismo?

Um espaço importante em que podemos encontrar diversos tipos de enfrentamentos e debates é a página do Senado Federal no Facebook, cuja a página oficial fora criada em agosto de 2010 com o nome de Agência Senado e que nos últimos anos passou a ser um espaço de debates em decorrência da divulgação de enquetes sobre diversos projetos de lei através do sítio oficial da Casa Alta Legislativa brasileira.

Em geral, é possível encontrar debates antagônicos, com posições divergentes acerca de diversos temas importantes sobre cidadania, participação social, justiça, dentre outros. No entanto, com o elevado grau de engajamento da página, é possível observar

que o discurso de ódio, tão presente hoje nas ruas e no ciberespaço (SANTOS JUNIOR, 2014), também vem sendo manifestado nos comentários feitos pelos usuários em ambientes virtuais de instituições públicas no Facebook.

Para além do discurso do ódio, é possível encontrar manifestações que, respeitando padrões mínimos de civilidade, se propõem a discutir questões de interesse comum por meio de argumentos consistentes, com o objetivo de convencer o outro acerca de seu posicionamento político. Como Mouffe nos mostra, esse outro é alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar (2003, p. 16).

Nesse contexto político altamente polarizado, a tarefa da página do Senado de divulgar informações de interesse público e de promover engajamento cívico se torna ainda mais complexa. Além de não fazer promoção de grupos políticos, uma rede social destinada à comunicação pública precisa garantir condições de igualdade para a participação de todos os curtidores da página do Senado. No entanto, dentro da perspectiva pós-marxista, esse tipo de espaço é antes de tudo, necessário. As posições antagônicas não são consequência da polarização, mas certamente são mais perceptíveis neste tipo de conjuntura.

Deste modo, o mais importante para esse trabalho é refletir acerca do atual debate público nas redes sociais em um espaço em que diferentes grupos buscam defender suas posições políticas, lutando para defender narrativas e posicionamentos políticos diante de posições antagônicas e o mais importante, buscando transformá-la em posições agonísticas, que reconheça o outro não como inimigo, mas como adversário. Posto isto, é importante destacar que aqui há uma escolha por outra *métrica* que não é de consenso, mas sim a de *dissenso* oriunda e de acordo com a teoria do discurso.

Assim, o objetivo deste trabalho é estudar o atual debate político nas redes sociais em um espaço institucional público, no qual diferentes cidadãos buscam defender suas posições políticas, lutando na defesa de narrativas e posicionamentos políticos com base na análise de três debates realizados na página do Senado Federal no Facebook a partir das postagens sobre os temas: (i) o debate acerca da *obrigatoriedade da presença de pais em pelo menos 4 reuniões nas escolas dos filhos*; (ii) o debate acerca da *obrigatoriedade de ressarcimento do Estado por parte do detento* através de pagamento em moeda ou com horas de trabalho; e, (iii) o debate sobre *punição de funcionário público* para aqueles que usam desta condição para se eximir de obrigações cidadãs, no jargão popular *ôdar*

carteiradaõ.

Os três casos foram escolhidos dentre as vinte postagens do Senado no Facebook que obtiveram o maior alcance em 2015, considerando as operações de õcurtirõ, õcomentarõ e õcompartilharõ. Com o objetivo de verificar a amplificação do atual debate político online no Brasil, foram selecionadas três postagens que apresentam temáticas diferenciadas. Desta forma, também é possível verificar se o tema é uma variável conjuntural que exerce influência sobre o conversação pública.

O trabalho está dividido em quatro partes: além desta breve introdução, na seção seguinte, é apresentada a proposta de uma leitura agonística do conflito político a partir dos trabalhos de Chantal Mouffe, para refletir a internet como um espaço público de debates entre posições antagônicas e como possibilidade de um espaço para o exercício do debate agonístico. Em seguida, é apresentada a página do Senado Federal, seu histórico e os dados oficiais do perfil, seguido da apresentação dos resultados da análise das três postagens selecionadas e a metodologia de estudo. Por fim, nas considerações finais, são apresentados algumas breves reflexões acerca do diálogo entre teoria e objeto estudado, indicando futuros caminhos para a continuidade do estudo.

2. Comunicação política e debate político nas redes sociais: uma leitura agonística

O campo de comunicação e política influenciou consideravelmente os estudos de internet e política com o crescimento da influência da internet nos diversos campos sociais da vida cotidiana e da política contemporânea. A influência da teoria deliberacionista, especialmente a habermasiana de esfera pública tornou-se umas das principais referências conceituais e metodológicas desse emergente campo de pesquisas (Dahlberg, 2001; Maia, 2008; Silveira, 2009; Barros e Sampaio, 2010; Diniz e Ribeiro, 2012; Lopez e Quadros, 2015), uma métrica fundamental e, de certo modo, hegemônica no campo. Em geral, com maior ou menor ressalva, costumou-se apontar a internet como uma nova esfera pública - em rede, virtual, interconectada, digital etc. - onde a mobilização dos cidadãos para o estabelecimento de debates racionais orientados para o estabelecimento de consensos que poderiam contribuir para as tomadas de decisões nas democracias liberais.

Porém, a crítica à teoria de Habermas e de outros teóricos liberais do consenso desenvolvida por Chantal Mouffe, dentro da corrente pós-marxista do pensamento

político, pode contribuir para o estabelecimento de novos conceitos e métricas metodológicas para análises da relação entre internet e política, concebendo a primeira como um espaço público que possibilita o antagonismo presente no segundo, conforme reflexão a seguir.

Das rupturas e críticas às duas principais correntes hegemônicas do marxismo ó a de orientação revolucionária e a de orientação socialdemocrata ó emergiram duas das grandes correntes do pensamento ocidental da virada do século XXI: de um lado, as mais conhecidas, teorias liberais do consenso racional e, de outro lado, a teoria do discurso, baseada fundamentalmente na ideia de dissenso.

As duas principais referências enfrentadas por Mouffe (2015, p. 12) se baseiam em dois grandes paradigmas, sendo o primeiro atribuído a Rawls e o segundo a Habermas:

O *primeiro*, chamado às vezes de *ōagregativoō*, encara a política como estabelecimento de um compromisso entre forças sociais concorrentes e discordantes. Os indivíduos são retratados como seres racionais, movidos pela maximização de seus próprios interesses e que atuam no mundo político de uma forma basicamente operacional. É a ideia de mercado aplicada à esfera da política, que é compreendida com conceitos emprestados da economia. O outro paradigma [Habermas], o *ōdeliberativoō*, desenvolvido como reação a esse modelo instrumental, busca criar uma ligação entre moralidade e política. Seus defensores querem substituir a racionalidade instrumental pela racionalidade comunicativa. Eles apresentam o debate político como um campo específico de aplicação da moralidade e acreditam que é possível criar, na esfera política, um consenso moral racional por meio da discussão livre. Nesse caso, a compreensão da política não se dá por meio da economia, mas por meio da ética ou da moralidade. (grifos e colchete dos autores).

Criticando essas abordagens a partir da hipótese do teórico conservador Carl Schmitt acerca do conceito do político, a cientista política belga buscou reestabelecer as bases para disputas políticas de fato a partir do restabelecimento do *Político* (nível ontológico, de fundação da sociedade, filosófico) para orientação das disputas e ação práticas da *Política* (nível ôntico), esta ocupada e orientada pela abordagem racionalista que nos impediria de realizar perguntas cruciais para a política democrática (Mouffe, 2015).

A indistinção entre política (arena de tomada de decisão) e político (campo de debate e antagonismo e concordando com Schmitt de que a medida do político é especificamente a dicotomia entre amigo e inimigo (ōnósō contra òelesō), Mouffe (2015) sugere que a consequência da hegemonia liberal seria o *Pós-Político*, para onde

caminhou a política orientada pelo racionalismo consensual nas últimas três décadas e que teve como consequência a burocratização dos partidos políticos, inclusive os de origem socialdemocratas, que se tornaram meros administradores de estados neoliberais, sem qualquer postura crítica.

A consequência disso foi a descrença na política e o afastamento desta, apatia, além de outras questões das quais a esquerda do século XX não foi capaz de assimilar e incluir a sua agenda, tais como as pautas identitárias, de gênero, étnica etc. Em poucas palavras, o consenso racionalista gerou apatia e exclusão de diferentes pontos de vista do campo político.

Ainda de acordo com Mouffe (2015), tudo isso ocorreu porque os liberais do consenso ó citando nominalmente Habermas e Rawls ó eliminaram as paixões de suas interpretações, que são elementos fundamentais para a prática política e, principalmente, eliminaram aquilo que seria essencial para o *Político*, o *dissenso*. Tanto para Mouffe, mas também para Laclau (Laclau e Mouffe, 2015), o dissenso é elemento fundamental para a existência do Político e isso é positivo, uma vez que as demandas nunca deixam de aparecer, na medida em que outras são supridas.

Nas palavras da autora,

Apesar daquilo que muitos liberais nos querem fazer acreditar, a especificidade da política democrática não é a superação da oposição nós/eles, mas a forma diferente pela qual ela se estabelece. *O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna.* (Mouffe, 2015, p. 13) (grifos dos autores).

De acordo com Mouffe, neste trabalho é defendido que faz-se necessário analisar os debates públicos não simplesmente buscando identificar os consensos que surgiriam como uma determinada síntese que surgiu como consequência da dialética tese/antítese, mas sim como debates entre diferentes, de posições antagônicas que, através do debate, buscam influenciar outras pessoas a aderirem, reproduzirem e/ou aprovarem seu posicionamento em relação a determinado tema. Nesse sentido, a teoria do discurso rompe com a dialética no sentido que não enxergam a possibilidade de fim do político e dos embates antagônicos.

A partir desta perspectiva, é realizada neste trabalho uma análise de debates realizados na página do Senado Federal na principal rede social utilizada no país, o

Facebook, sobre temas com alto índice de mobilização e debate para influenciar na votação da enquete promovida na página do Senado, conforme apresentado a seguir.

3. A Comunicação Pública e o Senado Federal

Matos (1999) entende que a comunicação legislativa tem fundamentalmente dois papéis: a informação bruta e simples; e a formação de atitudes cidadãs, participativas e conscientes. A divulgação imediata das discussões e dos processos de tomada de decisão que ocorrem no âmbito do Parlamento, de acordo com a autora, contrasta com a privacidade e a dificuldade de penetração por parte da sociedade nas decisões administrativas do Executivo (municipal, estadual e federal). Para Matos (1999), o caráter autocrático do Executivo requer um poder mediador para a boa vivência democrática, como o Legislativo, que, em tese, representa a pluralidade democrática da população.

A página no Facebook publica geralmente quatro postagens por dia. A plataforma veicula quase exclusivamente conteúdo produzido pela Secom e relativo ao Legislativo. Majoritariamente, são notícias sobre o parlamento, postagens acerca de direitos e deveres (legislação em vigor) e divulgação de serviços prestados pelo Senado (e-Cidadania, Ouvidoria, Diante desse contexto, nos últimos anos, os parlamentos vêm utilizando ambientes virtuais como forma de garantir transparência aos atos legislativos e oportunidades de accountability, além de promover a conversação pública por meio de plataformas digitais.

O Legislativo, em consonância com o avanço das TICs na sociedade contemporânea, amplia os debates sobre temas controversos e insere pautas de interesse coletivo na agenda política por meio de perfis e páginas institucionais nos sites de rede social. Um exemplo é a página do Senado Federal no Facebook foi criada durante a 53ª Legislatura em 2010, sob a presidência do ex-senador José Sarney. A página foi rebatizada algumas vezes ó ãAgência Senadoö, ãNotícias do Senadoö, ãSenado Notíciasö e, finalmente, ãSenado Federalö em 2015. A página é produzida pelo Núcleo de Mídias Sociais da Secretaria de Comunicação Social (Secom), órgão de assessoramento diretamente vinculado à presidência do Senado.

Eventualmente, a página também publica posts não legislativos como frases sobre cidadania ou motivacionais, sobre música brasileira (relacionados à programação da

Rádio Senado) ou posts de serviço público de outras órgãos de governo (Ministério da Saúde, por exemplo).

De acordo com o site Quintly⁴, a página do Senado alcançou a liderança mundial, em termos de engajamento, entre as instituições de governo em algumas ocasiões em 2015. O ranking leva em conta a quantidade de pessoas interagindo com as publicações, o que é aferido pelo número de compartilhamentos, curtidas e comentários. Cabe ressaltar que a colocação muda constantemente porque depende da movimentação diária nas páginas. Entre janeiro e dezembro de 2015, a página do Senado teve um crescimento de mais de 214,8% no número de seguidores, saltando de 277 mil para 872 mil. Até o presente momento (15/09/16), a fanpage apresenta 1.950.636 seguidores.

Silvia Gomide⁵, coordenadora do Núcleo de Mídias Sociais do Senado, comenta que a página no Facebook publica geralmente quatro postagens por dia, a exceção é quando ocorre um fato de extrema relevância, que exija uma publicação imediata, como ocorreu durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Segundo Gomide, a página não tem relação direta com os senadores, embora alguns parlamentares acompanhem o que é publicado na página institucional do Senado. Quando o cidadão comenta na página o desejo de falar diretamente com um senador, a procedimento adotado é encaminhar a pessoa aos serviços disponíveis para essa finalidade, como a Ouvidoria ou o "Fale com o Senado".

Pelo elevado número de comentários, Gomide admite que atualmente não há quase nenhuma moderação, apesar disso o Núcleo de Mídias Sociais adota uma política de uso para os usuários da página⁶. Segundo esse instrumento, os comentários que forem considerados inapropriados ou ofensivos poderão ser removidos e, em caso de reincidência, a conta de quem os postar poderá ser bloqueada para comentários. Ainda sobre a política de uso, autores de mensagens difamatórias ou que, de qualquer forma, violem direitos de terceiros, poderão vir a ser retirados e encaminhados à Polícia do Senado para investigação.

"Acompanhamos os primeiros comentários, feitos nas primeiras horas após a publicação dos posts, e respondemos quando há necessidade", comenta a coordenadora. Em relação a possíveis abusos, o próprio Facebook bloqueia alguns tipos de comentários,

⁴ Disponível em: <https://www.quintly.com/facebook-page-ranking/>. Acesso em 10/04/2016.

⁵ Em entrevista feita por email em 04/07/16.

⁶ Disponível em https://www.facebook.com/SenadoFederal/info/?tab=page_info. Acesso em 16/09/16.

como, por exemplo, aqueles escritos somente com letras maiúsculas. A página também aplica filtros contra a ocorrência de palavrões e links externos (neste caso com o objetivo de evitar vírus).

4. Análise do Debate Político no perfil do Senado dentro do Facebook

A metodologia aqui utilizada é composta por *métrica conceitual* e *metodologia de pesquisa de comentários*⁷ a partir da metodologia de *enquadramento*.

A métrica conceitual de análise utilizada é referenciada na *teoria do discurso* dentro da perspectiva de Laclau e Mouffe (2015). Segundo essa perspectiva o debate político é conduzido a partir de posições antagônicas em torno da postagem. Nesse sentido, foram identificadas as principais disputas (posições antagônicas) em torno das postagens em análise.

A postagem na página do Senado é apresentada e analisada de forma descritiva. Os comentários foram analisados em seguida com a metodologia de *enquadramento* (Porto, 2004), trabalhada por Penteadó et al (2009), adaptada para o estudo dentro de redes sociais de internet, buscando identificar as formas de participação dos usuários dentro do debate em andamento.

Para a realização da pesquisa foram analisados comentários e respostas de três postagens, com temáticas diferentes, publicadas na página do Senado Federal no Facebook (ver figura 1, 2 e 3). A primeira⁸, de 19 de agosto de 2015, se refere ao projeto de lei que estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem a, pelo menos, quatro reuniões por ano na escola do filho. A segunda⁹, de 8 de setembro de 2015, se refere ao projeto de lei que estabelece a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção no sistema prisional, mediante recursos próprios ou por meio de trabalho. Já a terceira¹⁰, de 27 de outubro de 2015, trata do projeto de lei que

⁷ Trata-se da adaptação da metodologia de pesquisa de comentários em blogs de política de Penteadó et al (2009) adaptada para redes sociais.

⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/a.176982505650946.49197.150311598318037/1163772740305246/?type=3&theater>. Acesso em 17/09/16.

⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/a.176982505650946.49197.150311598318037/1178105952205258/?type=3&theater>. Acesso em 17/09/16.

¹⁰ Disponível em:

<https://www.facebook.com/SenadoFederal/photos/a.176982505650946.49197.150311598318037/1205575>

pune quem usar o cargo para se eximir de cumprir obrigação.

As três postagens se referem a projetos que são objetos de enquetes no programa E-cidadania, instituído pela Resolução N°26/2013, que estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas no Senado Federal. Por meio desse dispositivo, qualquer cidadão, mediante cadastro único com seus dados pessoais de identificação, poderá apoiar ou recusar as proposições legislativas em tramitação no Senado Federal. O E-cidadania permite o acompanhamento da tramitação legislativa, apresentando o número de manifestações favoráveis e contrárias à matéria. Contudo, o espaço do Facebook não tem nenhuma função deliberativa, somente cumpre, a princípio, o papel de divulgação e informação. Assim, a participação nesses espaços não possui nenhum efeito direto dentro de mecanismos de participação, se constituindo em um espaço de conversação civil, conforme discute Marques (2006).

Como dito acima, as postagens foram selecionadas entre as vinte publicações com maior alcance em 2015. Essa métrica representa o número de pessoas para as quais o Facebook enviou determinada postagem, sendo que quanto mais as pessoas interagem com um post, seja comentando, compartilhando ou curtindo, maior será o alcance. Até o presente momento, primeira publicação analisada (P1) tem 60 mil curtidas, 9546 comentários e 133.624 compartilhamentos. A segunda (P2) já recebeu 33 mil curtidas, 2.981 comentários e 93.488 compartilhamentos. Já a última postagem (P3) apresenta 43 mil curtidas, 3.539 comentários e 42.157 compartilhamentos.

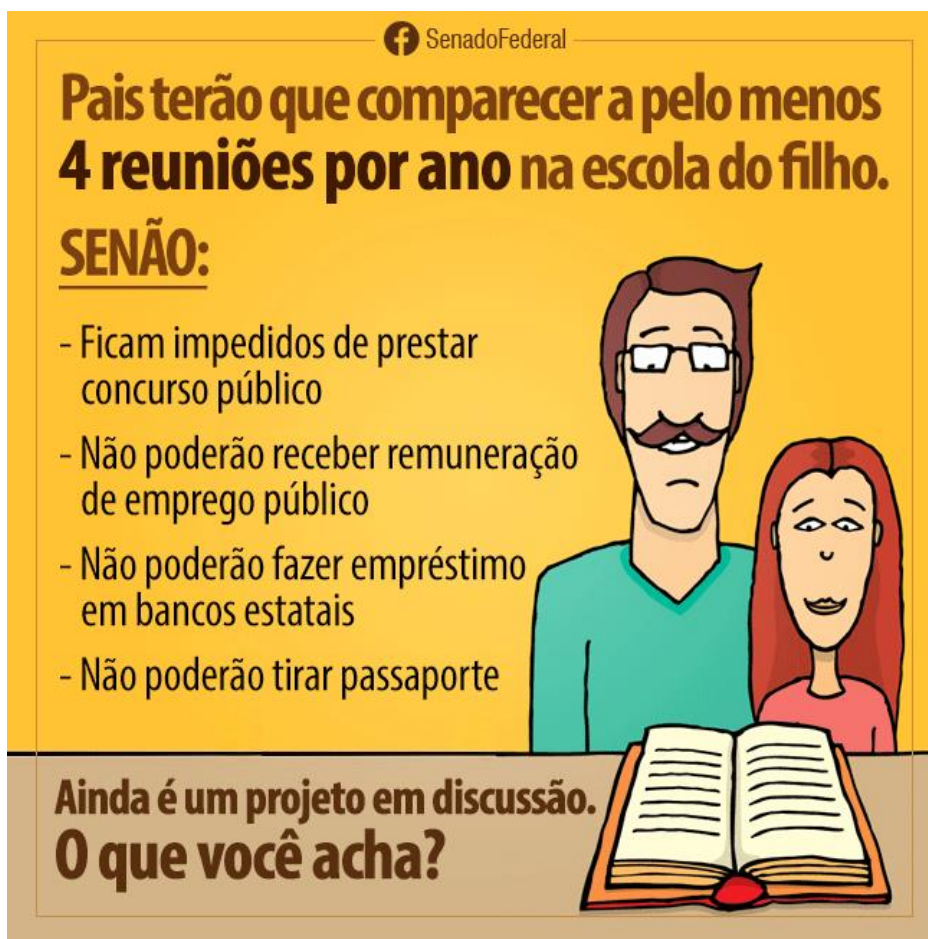
Para esse estudo, foi analisada uma amostra com os trinta primeiros comentários das três postagens selecionadas, sendo que as dez primeiras respostas desses comentários também foram alvo da presente investigação.

Os trinta comentários iniciais das postagens analisadas foram classificadas em duas variáveis: gênero e enquadramento. A primeira, gênero, foi dividida em três categorias: masculino, feminino e indeterminado (quando não é possível identificar o sexo do usuário, como, por exemplo, o caso de coletivos, empresas ou avatares). A segunda dimensão de análise tem relação ao enquadramento do discurso manifestado pelos usuários, classificado em 9 tipos, conforme proposto por Penteadó et. al. (2009): informativo direto (de autoria própria), informativo indireto (quando essa informação provém de outra fonte), avaliativo-crítico (quando for o resultado de uma reflexão

argumentativa e lógica), propositivo (quando busca uma solução para a questão em debate), irônico (quando esse recurso da linguagem estiver presente), avaliativo-moral (quando o usuário expressa agressividade ou julgamentos sobre o conteúdo do post), opinativo (quando reflete uma opinião pessoal do internauta), posicionamento político (se houver uma argumentação que faça referências ideológicas e partidárias) e desvio (quando ignora o tema em debate referindo-se a outra coisa, dando um novo rumo para a discussão ou dispersando-a).

4.1 Postagens estudadas:

Imagem 01: Postagem 01



SenadoFederal

Pais terão que comparecer a pelo menos 4 reuniões por ano na escola do filho.

SENÃO:

- Ficam impedidos de prestar concurso público
- Não poderão receber remuneração de emprego público
- Não poderão fazer empréstimo em bancos estatais
- Não poderão tirar passaporte

Ainda é um projeto em discussão. O que você acha?

The infographic features a yellow background with a brown border. At the top left is the Senado Federal logo. The main text is in bold brown font. Below the text is a cartoon illustration of a man with a mustache and glasses, and a woman with long red hair, standing behind an open book. The bottom section has a brown background with white text.

Fonte: Senado Federal

A primeira postagem analisada se refere a um projeto, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que estabelece penalidades para os pais ou responsáveis

que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles. Entre outras sanções, a proposta prevê multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região aos pais ou responsáveis legais ausentes.

O projeto considera que esse comparecimento deve ocorrer pelo menos uma vez a cada dois meses, considerando o comparecimento como a participação em reuniões oficiais de pais e mestres ou diálogo individual com os professores, sendo que o certificado de comparecimento dos pais será atestado pelo diretor da respectiva escola.

A postagem apresenta uma figura um casal e o seguinte texto: "Pais terão que comparecer a pelo menos 4 reuniões por ano na escola. Senão: ficam impedidos de prestar concurso público; não poderão receber remuneração de emprego público; não poderão fazer empréstimo em bancos estatais; e não poderão tirar passaporte. Ainda é um projeto em discussão. O que você acha disso". A publicação faz referência a uma matéria da Agência Senado acerca do projeto e também apresenta um link para votação no E-cidadania sobre a propositura.

Foram identificadas as seguintes posições antagônicas: entre aqueles que são a favor da lei e aqueles que são contrários. O principal argumento favorável diz que os pais precisam participar mais da vida e da formação dos filhos, sendo que 4 faltas anuais no trabalho não farão diferença; o principal argumento contrário afirma que o Estado estaria de envolvendo excessivamente na vida das pessoas e se apoia no fato de que teriam esses dias ausentes descontados do salário ou não conseguiriam produzir os ganhos naqueles dias quando profissionais liberais.

Imagem 02: Postagem 02



Fonte: Senado Federal

A segunda postagem analisada se refere a um projeto, de autoria do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que altera a lei de execução penal ao estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção no sistema prisional, mediante recursos próprios ou por meio de trabalho.

A publicação traz a seguinte pergunta: "O condenado deve pagar as próprias despesas enquanto estiver na prisão?", acompanhada de uma informação que menciona que o projeto em questão sinaliza positivamente para essa possibilidade, em que o pagamento deve ser feito em dinheiro ou na forma de trabalho. A postagem traz uma arte formada por um cifrão, grades e um homem com um capacete, que, juntos, remetem a ideia de pagamento das despesas do encarcerado por meio do trabalho.

Nesta postagem, as duas principais posições antagônicas identificadas são entre os justiceiros, aqueles que concordam integralmente com a proposta de lei e aqueles com

um viés mais olegalistaö, que dizem que os presos já pagam a pena em forma de reclusão.

Imagem 03: Postagem 03:



Fonte: Senado Federal

A postagem 3 faz referência ao PLS (Projeto de Lei do Senado) 66/2015 do senador Romário(PSB-RJ), que busca tipificar a conduta do agente público, no Código Penal, que utilizar o cargo ou função pública para se eximir de cumprir obrigação a todos imposta ou para obter vantagem ou privilégio indevido. O PLS ficou popularmente conhecido como a Lei da Carteirada.

A imagem apresenta a pergunta "Você sabe com quem está falando?", em referência a percepção popular do abuso de autoridades de agentes públicos utilizam para obter vantagens. O texto na sequência apresenta a proposta de punição desse tipo de infração. Ao final, a postagem convida os leitores para emitirem sua opinião sobre o projeto. A imagem é ilustrada com uma figura de um homem de terno.

Nessa postagem, as posições antagônicas são duas: (1) debate sobre a existência,

ou não, dentro da própria Constituição de uma punição para o servidor que se utiliza do cargo para obter vantagens indevidas; e (2) sobre a punição prevista no projeto de lei. No primeiro não existe o antagonismo, mas sim um disputa interpretativa sobre a legislação, no qual percebe-se o uso de desconhecimento jurídico por parte de alguns participantes. Já na segunda, sobre a extensão da punição, pode-se perceber que existe uma disputa antagônica entre posições que defendem uma punição forte (punitiva), inclusive com a adoção de penas mais severas a proposta, e posições que consideram ser exageradas para o tipo de infração, como a detenção do agente público. Essa outra posição, defende que as punições administrativas e a perda do cargo seriam as punições mais adequadas.

4.2 Os resultados da análise são apresentados abaixo:

Quadro 01 ó Comentários Gerais: Gênero

Gênero	%	Nº Likes	Média Likes	Nº Replies	Média Replies
Masculino	75.55	6040	274.54	382	17.36
Feminino	24.44	648	29.45	81	3.68
Indefindo	0	0	0	0	0
<i>Total</i>	<i>99.99</i>	<i>6688</i>	<i>74.31</i>	<i>463</i>	<i>5.14</i>

O quadro 1 ilustra que a grande maioria das pessoas que comentaram acerca das três postagens selecionadas é formada por homens 75,55%, tendo também maior média de likes e replies. Na amostra analisada, os comentários masculinos geraram 6040 likes e 382 replies, já os femininos apresentaram 648 likes e 81 replies. Esses dados demonstram que a página do Senado é um universo dominado por homens, o que reflete, em parte, a realidade de exclusão da mulher nos espaços da política brasileira.

Quadro 02 ó Comentários Gerais: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
Informativo direto	0	0	0	0	0
informativo indireto	0	0	0	0	0

Avaliativo-crítico	16.66	623	41.53	137	9.13
propositivo	3.33	191	63.66	19	6.33
irônico	2.22	317	158.5	12	6
Avaliativo-moral	34.44	1447	46.67	93	3
opinativo	32.22	3655	126.03	146	5.03
posicionamento político	5.55	373	74.6	48	9.6
desvio	5.55	82	16.4	8	1.6
<i>Total</i>	<i>99.97</i>	<i>6688</i>	<i>74.31</i>	<i>463</i>	<i>5.14</i>

Na análise acerca do enquadramento, o quadro 2 revela que existe a predominância dos marcos interpretativos avaliativo-moral (34,44%), opinativo (32,22%) e avaliativo-crítico (16,66%). Chama a atenção o fato de os enquadramentos informativo direto e indireto não apresentarem nenhuma ocorrência no presente estudo. Outro destaque é que o enquadramento irônico, apesar da pouca ocorrência (2,22%), apresenta a maior média de likes (158), ficando na frente dos marcos interpretativos avaliativo-moral e opinativo. Em relação aos replies, os comentários que esboçam posicionamentos políticos e avaliação crítica se destacam, com médias de 9,6 e 9,13 respectivamente.

Quadro 03 - Reply Geral: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes
informativo direto	3.18	48	6
informativo indireto	0.39	0	0
Avaliativo-crítico	26.69	259	3.86
propositivo	1.59	10	2.5
irônico	11.55	118	4.06
Avaliativo-moral	22.31	445	7.94
opinativo	28.68	267	3.70
posicionamento político	3.18	8	1
desvio	2.39	22	3.66
<i>Total</i>	<i>99.96</i>	<i>1177</i>	<i>4.68</i>

A análise dos comentários dos replies permite observar que existe uma maior distribuição entre 3 categorias: opinativo (28,68%), avaliativo-crítico (26,69%) e avaliativo-moral (22,31%), sendo que esta última obteve uma grande média de curtidas.

Quadro 04: Comentários Post 1: Gênero

Gênero	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
Masculino	63.33	678	35.68	87	4.57
Feminino	36.66	572	52	71	6.45

Na postagem sobre o tema relacionado a área de educação (P1), houve uma maior participação feminina, em relação ao geral, contudo a maior parte dos comentários observados foram realizados por homens (63,33%). Porém, os comentários realizados pelo público feminino tiveram uma média maior de likes e replies.

Quadro 05 ó Comentários Post 1: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
informativo direto	0	0	0	0	0
informativo indireto	0	0	0	0	0
Avaliativo-crítico	20	435	72.5	45	7.5
propositivo	3.33	16	16	1	1
irônico	0	0	0	0	0
Avaliativo-moral	20	174	29	21	3.5
opinativo	30	433	48.1	55	6.11
posicionamento político	13.33	110	27.5	28	7
desvio	13.33	82	20.5	8	2
<i>Total</i>	<i>99.99</i>	<i>1250</i>	<i>41.66</i>	<i>158</i>	<i>5.26</i>

No estudo acerca dos comentários do P1, existe o predomínio do enquadramento opinativo (30%) seguido de avaliativo-crítico (20%) e avaliativo-moral (20%). No entanto, é o avaliativo-crítico que apresenta o maior média de likes (72,5). Outro destaque é o enquadramento posicionamento político apresentar a segunda maior média de replies (7).

Quadro 06 ó Reply Post 1: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes
informativo direto	2.67	3	1
informativo indireto	0	0	0
Avaliativo-crítico	29.46	99	3
propositivo	1.78	1	0.5
irônico	12.5	14	1
Avaliativo-moral	15.17	49	2.88
opinativo	33.03	84	2.27
posicionamento político	2.67	0	0
desvio	2.67	0	0
<i>Total</i>	<i>99.95</i>	<i>250</i>	<i>2.23</i>

Os replies opinativos (33,03%) e avaliativos-críticos (29,46) tiveram maior ocorrência em P1. O número de likes dos replies foram mais baixos que a média geral, com destaque para os avaliativos-críticos e avaliativos-morais.

Quadro 07 ó Comentários Post 2: Gênero

Gênero	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
Masculino	80	3868	161.16	185	7.70
Feminino	20	13	2.166	2	0.33
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>3881</i>	<i>129.36</i>	<i>187</i>	<i>6.23</i>

No post 2, sobre o tema relacionado ao trabalho (ou não) de presos, houve uma grande maioria de comentários masculinos (80%), concentrando a maioria dos likes, com média de 161,16, e replies com a média de 7,70.

Quadro 08 ó Comentários Post 2: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
informativo direto	0	0	0	0	0
informativo indireto	0	0	0	0	0
Avaliativo-crítico	16.66	121	24.2	79	15.8
propositivo	6.66	175	87.5	18	9
irônico	0	0	0	0	0
Avaliativo-moral	66.66	1212	60.6	24	1.2
opinativo	6.66	2110	1055	46	23
posicionamento político	3.33	263	263	20	20
desvio	0	0	0	0	0
<i>Total</i>	<i>99,97</i>	<i>3881</i>	<i>129,36</i>	<i>187</i>	<i>6,23</i>

O quadro acima mostra que o enquadramento avaliativo-moral é o que domina em relação aos comentários da P2 com 66,66%, seguido do avaliativo-crítico com 16,66%. No entanto, o enquadramento opinativo é o que possui a maior média de likes (1055) e de replies (23).

Quadro 09 ó Reply Post 2: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes
informativo direto	4.1	41	13.66
informativo indireto	0	0	0
Avaliativo-crítico	30.13	92	4.18
propositivo	2.73	9	4.5
irônico	8.21	74	12.33
Avaliativo-moral	35.61	373	14.34
opinativo	15.06	91	8.27
posicionamento político	1.36	1	1
desvio	2.73	22	11
<i>Total</i>	<i>99.93</i>	<i>703</i>	<i>9.63</i>

Os replies dos comentários de P2 se caracterizam por serem predominantemente avaliativos-morais (35,61%) e avaliativos-críticos (30,13%). Aqui vale destacar o grande número de likes que esses replies, especialmente as categorias avaliativo-moral, informativo direto e irônico.

Quadro 10 ó Comentários Post 3: Gênero

Gênero	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
Masculino	83.33	1494	298.8	100	20
Feminino	16.66	63	12.6	8	1.6
<i>Total</i>	<i>99.99</i>	<i>1557</i>	<i>51.9</i>	<i>118</i>	<i>3.93</i>

Na postagem sobre punição para o servidor público que usar de seu cargo para obter vantagem indevida, assim como em P2, a grande maioria dos comentários são masculinos (83,33%), com maior número de likes e replies.

Quadro 11 ó Comentários Post 3: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes	Nº replies	Média replies
informativo direto	0	0	0	0	0
informativo indireto	0	0	0	0	0
Avaliativo-crítico	13.33	67	16.75	13	3.25
propositivo	0	0	0	0	0
irônico	6.66	317	158.5	12	6
Avaliativo-moral	16.66	61	12.2	48	9.6
opinativo	60	1112	61.77	45	2.5
posicionamento político	0	0	0	0	0
desvio	3.33	0	0	0	0
<i>Total</i>	<i>99.98</i>	<i>1557</i>	<i>51.9</i>	<i>118</i>	<i>3.93</i>

No estudo referente aos comentários de P3, o enquadramento dominante é o opinativo (60%), seguido do avaliativo-moral (16,66%) e avaliativo-crítico (13,33%). O enquadramento opinativo é também o que possui o maior número de likes (1112), porém, o que apresenta a maior média de likes é o irônico (158,5). Outra dado que chama a

atenção é o enquadramento avaliativo-moral ter a maior média de replies (9,6).

Quadro 12 ó Reply Post 3: Enquadramento

Enquadramento	%	Nº likes	Média likes
informativo direto	3.03	4	2
informativo indireto	1.51	0	0
Avaliativo-crítico	18.18	68	5.66
propositivo	0	0	0
irônico	13.63	30	3.33
Avaliativo-moral	19.69	23	1.76
opinativo	36.36	92	3.83
posicionamento político	6.06	7	1.75
desvio	1.51	0	0
<i>Total</i>	<i>99.97</i>	<i>224</i>	<i>3.39</i>

Em relação aos replies de P3, o enquadramento mais presente é o opinativo (36,36%), seguido do avaliativo-moral (19,69%) e avaliativo-crítico (18,18%). Já o enquadramento que apresenta a maior média de likes é o avaliativo-crítico (5,66), seguido do opinativo (3,83) e irônico (3,33).

Considerações finais

Os resultados evidenciam que é possível identificar diferenças, posições antagônicas e debates entre posicionamentos distintos nos comentários e respostas a estes nas postagens da página do Senado, por vezes em relação ao conteúdo que está sendo proposto para votação e outras em relação à forma, discordando de como operacionalizar determinada questão.

Os enquadramentos dados pela pessoa responsável pela página do Senado Federal do Facebook já tem um posicionamento prévio, mesmo que não de maneira explícita. É possível identificar um posicionamento prévio a favor das Propostas de Lei, como se a página reproduzisse o posicionamento do senador relator da PL.

Na análise do perfil dos comentaristas a partir da variável de gênero, chama atenção a grande desigualdade de participação entre homens e mulheres (aproximadamente três comentários de homem para cada comentário feminino), assim

como a repercussão maior dos comentários masculinos, o que demonstra ainda a grande exclusão das mulheres dos espaços públicos de discussão e, conseqüentemente, da política no Brasil.

No que diz respeito ao enquadramento dos comentários, a predominância é de comentários opinativos e avaliativos (moral e crítico), que demonstra a pré-disposição em apresentar um ponto de vista claro da maioria daqueles que comentam. Por outro lado, são os comentários irônicos que atraem mais curtidas. A opção curtir no Facebook é um tipo de engajamento que sugere adesão a um determinado tipo de comentário, sem que seja preciso elaborar uma resposta (reply). Toma-se parte dentro de um debate online, com um investimento mínimo (apenas um clique). Nesse sentido, um comentário com muitas curtidas significa ter uma receptividade positiva, no sentido de mostrar para os demais atores sociais que aquele enunciado tem a concordância de outros usuários do Facebook, mesmo que não se verbalize esse apoio.

Já a opção compartilhar tem como principal função ampliar o alcance daquela postagem, conferindo visibilidade para o debate online que está sendo travado no Facebook. Nesse contexto, compartilhar um enunciado é tomar parte na divulgação do debate, sinalizando ser importante que outras pessoas tenham acesso àquela informação. Mesmo que o compartilhamento da postagem seja acompanhado de um comentário negativo, de um modo geral, o compartilhamento costuma indicar apoio, no sentido de aderir a uma determinada linha de pensamento. As duas primeiras postagens analisadas apresentam grande quantidade de compartilhamento, justamente em temas mais polêmicos (obrigatoriedade de pais em reuniões de escolas e pagamento dos próprios custos pelos detentos), enquanto a terceira teve uma mobilização de divulgação bem menor.

A métrica conceitual proposta a partir da teoria do discurso é especialmente de Chantal Mouffe (2015) é utilizando as posições antagônicas/agônicas demonstrou ser apropriada na medida em que se compreende que o debate político inevitavelmente tem diversos pontos de vistas, mais ou menos confluentes, mas muitos irreconciliáveis.

Nesse sentido, a métrica conceitual ressalta que não há fim do político e o pós-político é antes de tudo uma hegemonia política vulnerável que, em situações mais polarizadas pode sucumbir diante de populismos reacionários ou autoritarismos, sendo também um risco à democracia liberal. Portanto, refletir com as lentes de Mouffe é

refletir diante do reconhecimento do político enquanto ilimitado e da história enquanto interminável, pelo menos enquanto existir relações sociais humanas.

A metodologia de enquadramento contribui para identificarmos não somente a forma como as pessoas que participam escrevem seus comentários, mas também contribui para perceber a tendência de mobilização maior e o teor de comentários mais opinativos e avaliativos conforme o nível de polêmica da pauta estabelecida.

Não se quer neste trabalho rechaçar a perspectiva habermasiana, mas apenas ressaltar que em determinados temas políticos o que conduz o debate não é a busca pelo consenso, mas sim o posicionamento de acordo com as opções antagônicas estabelecidas, pelo dissenso. Certamente que em ambientes mais fechados e/ou endogâmicos, tais como discussões internas em partidos políticos, movimentos sociais etc., a busca do consenso seja mais predominante do que o dissenso. Tanto em debates realizados em espaços públicos amplos como redes sociais digitais, quanto em espaços privados ou mais limitados, níveis de consenso e dissenso estarão presentes: a questão aqui proposta é identificar a métrica predominante em determinado debate.

Acredita-se que alguns caminhos apontados neste artigo podem contribuir para o desenvolvimento de uma agenda que amplie as pesquisas que operem dentro de uma métrica antagonística/agonística e do diálogo metodológico de espaços de debates públicos, especialmente midiático e redes sociais de internet.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA ESTADO. Página do Senado no Facebook supera 1 milhão de seguidores. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2016/01/21/pagina-do-senado-no-facebook-alcanca-1-milhao-de-seguidores>. Acesso em 07/09/16.

BARROS, C. T. G. de B.; SAMPAIO, R. C.. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v. 9, ed. especial, pp. 87-104, 2010.

DAHLBERG, L. Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis. **Journal of Computer-Mediated Communication**. N. 7, 2001.

DINIZ, E. H.; RIBEIRO, M. M.. O conceito de esfera pública interconectada e o site ãwebcidadaniaõ no Brasil. **Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, v. 28, n. 83, pp. 97-111, mai-ago, 2012.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, D. C.; QUADROS, M. R. de. Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas. **ALCEU**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, pp. 92-103, jan./jun., 2015.

MAIA, R. C. M. Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia ó Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 277-292.

MARQUES, F. P. J. A.. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, Maio 2006.

MATOS, H. Comunicação Pública ó Democracia e Cidadania: o caso do Legislativo. **Líbero**, v. 2, p. 32-37, 1999.

MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A.. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o Vote na Web. In: **Congresso Latino Americano de Opinião PúblicaóWapor**. 2011.

MOUFFE, C. **Por um modelo agonístico de democracia**. Revista Sociologia e Política. Curitiba, 25, pp. 11-23, nov. 2005.

_____. **Sobre o Político**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2015.

PENTEADO, C.; PIMENTEL, M. B.; ARAÚJO, R. de P. A.. Metodologia de pesquisa em blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento ãCanseiõ. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 34, pp. 159-181, out. 2009.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (Org.)

Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador, BA: EdUFBA, 2004, p. 73-104.

RASMUSSEN, Terje. Internet-based media, Europe and the political public sphere. **Media, Culture & Society**, 2013, 35.1: 97-104.

SANTOS JÚNIOR, M. A. A Rede de Oposição Radical no Facebook: cartografia e apontamentos sobre os haters políticos. **Revista de Estudos da Comunicação**, 2014, pp. 15-38.

SILVEIRA, S. A. Esfera Pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, A; COSTA, C. T.; KUNSCH, D. (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 9-30.